

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE COOPERAÇÃO E
PRODUÇÃO RAÍZES DA TERRA COM INSTRUMENTO DE
PLANEJAMENTO: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO
MADRE TERRA EM SÃO GABRIEL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Alberto Valdemar Bamberg

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE COOPERAÇÃO E
PRODUÇÃO RAÍZES DA TERRA COM INSTRUMENTO DE
PLANEJAMENTO: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO
MADRE TERRA EM SÃO GABRIEL**

Alberto Valdemar Bamberg

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Ferreira de Quadros

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE COOPERAÇÃO E PRODUÇÃO
RAÍZES DA TERRA COM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO:
ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO MADRE TERRA
EM SÃO GABRIEL**

elaborada por
Alberto Valdemar Bamberg

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

COMISSÃO EXAMINADORA

Fernando Luiz Ferreira de Quadros, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Vicente Celestino Pires Silveira, Dr. (UFSM)

Paulo Roberto Cardoso da Silveira, Ms. (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a expressão humana mais suprema do reconhecimento e da importância que o “outro”, enquanto sujeito histórico e ente existente adquire em nossas vidas. O Capital e quem o detêm, negam o outro porque precisam acumular sempre mais e, por isso desumanizam os seres humanos.

Por isso, quero expressar minha máxima gratidão, em primeiro lugar, a grande família MST, que me devolveu a auto - estima de ser camponês e, graças a ela, tive amplo acesso ao conhecimento pela sua força moral e organizativa. Agradecer às famílias assentadas do PA Madre Terra e, em especial, aquelas que compõem o Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra, que toleraram e compreenderam, com paciência, minha ausência durante o tempo escola. Foi com elas que dividi preocupações, angústias, contradições, mas também construí sonhos e projetos.

Quero igualmente agradecer a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – que através do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, abriu as portas aos trabalhadores (as) do campo para que tenham acesso ao conhecimento produzido na academia. Cumpriu seu verdadeiro papel.

Agradecer ao CNPq pela concessão da bolsa que viabilizou a realização da presente pesquisa.

Agradecer ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que, através do Pronera (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária) permitiu a realização do Curso de Especialização.

Agradecer a Turma da Residência Agrária com quem dividi opiniões e pelas boas festas que realizamos juntos.

Agradecer também aos membros, colegas e professores, do eixo “Planejamento e Gestão”, pelos bons debates travados. Agradecer em especial ao professor Fernando Quadros, orientador deste ensaio monográfico, pela paciência e rápida atenção que sempre me dedicou, fazendo observações, críticas e acréscimos que deram qualidade e precisão à monografia.

A todos sou muito grato.

“Quem não sabe aonde quer chegar não chega lá nunca”.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE COOPERAÇÃO E PRODUÇÃO RAÍZES DA TERRA COM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO MADRE TERRA EM SÃO GABRIEL

Autor: Alberto Valdemar Bamberg
Orientador: Dr. Fernando Luiz Ferreira de Quadros
Santa Maria, Agosto de 2011.

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar, refletir e avaliar o planejamento enquanto instrumento de organização produtiva dos assentamentos rurais resultantes da política de Reforma Agrária. Utiliza-se, para isso, do MVP (Método de Validação Progressiva), dando ênfase a sua abordagem acerca da realidade existente e realidade desejada. A concentração fundiária no Brasil como problema “não resolvido” tem sido entrave para resolução de outros problemas que permanecem e obstaculizam o real desenvolvimento à sociedade brasileira ao longo da sua história. Para sua melhor compreensão, apresenta breve histórico acerca da luta de classes travada em torno do acesso à terra. Em seguida, faz uma breve incursão acerca da constituição dos assentamentos rurais em São Gabriel – RS, em especial do PA Madre Terra. Por último, utilizando o MVP como instrumento de planejamento, realiza estudo de caso da sua aplicação no referido PA e, particularmente, no Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra.

Palavras-chave: Luta pela terra. Planejamento. Processo produtivo.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

THE EXPERIENCE OF THE GROUP OF COOPERATION AND PRODUCTION ROOTS OF THE LAND WITH PLANNING INSTRUMENTS: STUDY OF CASE OF MADRE TERRA SETTLEMENT IN SÃO GABRIEL

Author: Alberto Valdemar Bamberg
Adviser: Dr. Fernando Luiz Ferreira de Quadros
Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

This conclusion of course work is to analyze, reflect and evaluate the plan as an instrument for productive organization of rural settlements resulting from land reform policy. It is used to this, the MVP (Progressive Method Validation), emphasizing their approach on the existing reality and desired reality. Land concentration in Brazil as a problem "unresolved" has been obstacle to solving other problems that remain and hinder the actual development of Brazilian society throughout its history. For better understanding, presents a brief history about the class warfare waged over access to land. Then makes a brief foray on the establishment of rural settlements in São Gabriel - RS, in particular the PA Mother Earth. Finally, using the MVP as a planning, conduct case studies of their application within the PA and, particularly, the Cooperation Group and Production Roots of the Earth.

Keywords: Struggle for land. Planning. Production process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	11
1.1 Luta pela terra: uma longa história que ainda não acabou.....	11
1.2 São Gabriel: Terra dos Marechais e de sem terras.....	19
1.3 Caracterização do PA Madre Terra e do Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra	23
CAPÍTULO II	26
2.1 Por que planejar?	26
2.2 O MVP como instrumento e método de planejamento	27
2.3 Passos para implantação do MVP.....	29
CAPÍTULO III	32
3.1 Avaliação do planejamento como um instrumento estratégico de desenvolvimento	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXO A - Mapa do PA Madre Terra.....	39

INTRODUÇÃO

A proposição interdisciplinar que permeia a concepção do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo atribuiu diversos formatos e percepções à turma da Residência Agrária. Isto é enriquecedor na medida em que permite que se estabeleçam diálogos entre agrônomos (as), historiadores (as), pedagogos (as), veterinários (as) etc., acerca das questões que envolvem as famílias assentadas em Projetos de Assentamento no Estado do Rio Grande do Sul. Esta talvez tenha sido a grande contribuição proporcionada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ao abrir espaço para a realização do referido curso.

O tema desta pesquisa faz uma incursão reflexiva acerca da experiência do Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra com instrumentos de planejamento, realizando um estudo de caso do Assentamento Madre Terra em São Gabriel – RS. Está relacionado à importância que o planejamento adquire como instrumento para a viabilidade material das famílias. Seu objetivo consiste em compreender em que medida o planejamento atua como real instrumento que ajude a impulsionar o processo produtivo, refletindo, sobretudo sobre as contradições que se manifestam ao longo do processo. Aprofunda e fundamenta-se no estudo do MVP (Método de Validação Progressiva) enquanto instrumento de planejamento. Para isso, considera e dialoga com a realidade existente e a realidade desejada pelas famílias que participam do mesmo.

Como historiador de formação que sou, me seria difícil fugir deste ditame. Este trabalho monográfico está impregnado de caracteres históricos. Por isso, ao propor-me refletir sobre o tema do planejamento, realizando um estudo de caso do PA Madre Terra, minha derradeira residência (esta é a minha vontade) e do Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra em particular, foi necessário também trilhar a trajetória histórica de sua formação enquanto espaço/território de refundação comunitária.

Assim sendo, o primeiro capítulo fará um breve recorrido acerca da constituição histórica da estrutura fundiária brasileira. Tornou-se importante realizá-lo para que os leitores deste ensaio monográfico tenham a mais clara compreensão

possível dos fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, etc., que influenciaram sua organização (da estrutura fundiária) e determinantes, inclusive, para sua atual formatação, pois não se alteraram substancialmente. Metodologicamente e sob a perspectiva histórica, o capítulo encontra-se estruturado a partir do contexto histórico fundiário brasileiro e vai caminhando para sua particularidade. Ou seja, traça os aspectos centrais que constituíram a estrutura fundiária brasileira ao longo de sua história para em seguida apresentar sua composição local, fundamentando, por último, a gênese e posterior caracterização do PA Madre Terra e do Grupo de Produção Raízes da Terra.

O segundo capítulo, por sua vez, tratará de abordar o planejamento, objeto central deste estudo, dando ênfase à experiência realizada pelo Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra com instrumentos de planejamento. O tema do planejamento adquire vital importância para as famílias assentadas, pois as circunstâncias históricas exigem amplo grau de profissionalismo no processo produtivo. E, sem planejar a produção, as famílias terão enormes dificuldades para viabilizar-se sob todos os aspectos enquanto camponeses. Há vários outros métodos de planejamento da produção já experimentados. Interessou-me neste trabalho monográfico aprofundar o estudo do Método de Validação Progressiva (MVP), objeto deste segundo capítulo, pois tem sido utilizado como método e instrumento de planejamento da produção junto às famílias assentadas no Rio Grande do Sul. Para tanto, o capítulo apresentará os principais aspectos que caracterizam o MVP enquanto método de planejamento.

No terceiro e último capítulo apresentamos uma avaliação, a partir da experiência de planejamento realizada no PA Madre Terra e em particular com o Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra. Ancorados na proposição do MVP para o planejamento considerando a realidade existente e a realidade desejada, interessou-me avaliar e refletir acerca das contradições geradas entre as ações planejadas e as executadas (ou não) pelo grupo de produção. Claro, sempre compreendendo o planejamento como instrumento impulsionador do processo produtivo, porém também avaliar as suas inerentes e necessárias contradições, como forma de alavancar saltos de qualidade.

Em anexo, encontra-se um mapa da área que corresponde ao PA Madre Terra, o qual ilustra diversos aspectos que estão elencados ao longo deste trabalho.

Por fim, é anseio meu que este pequeno ensaio monográfico possa contribuir para outras reflexões aqueles que o consultarem.

CAPÍTULO I

1.1 Luta pela terra: uma longa história que ainda não acabou

Para contar a história de uma pessoa, de um lugar qualquer ou de um país, por exemplo, sempre será necessário contextualizar a materialidade em que os episódios, os fatos se desencadearam. Isto se quisermos ser rigorosos quanto ao método para contá-la. Assim, a constituição, a organização de um assentamento rural, como espaço de refundação de uma nova comunidade, de uma nova paisagem, também possui sua história, o caminho percorrido para que possa existir como tal.

Desta forma, antes de especificar o objeto de análise deste trabalho monográfico, torna-se imprescindível caracterizar alguns aspectos relevantes acerca da constituição da estrutura fundiária brasileira. Isto nos permitirá compreender com maior precisão e propriedade a forma através da qual o objeto de estudo em questão se constituiu.

Quando os portugueses aqui chegaram em 1500, encontraram uma população nativa de nações originárias, estimada em cinco milhões de habitantes, espalhada por todo território que passou a ser chamado de Brasil, correspondente as atuais conformações territoriais. Segundo Paulo Zarth:

No ano 1500 do calendário cristão, aventureiros portugueses aportaram no território que seria chamado de Brasil. A terra era imensa e povoada por milhões de indígenas que viviam em estágio tecnológico muito aquém do europeu e, por isso, não foi difícil conquistar a terra e subjugar os nativos. (ZARTH: 2004. p.73).

Ou seja, as características e o grau de desenvolvimento tecnológico abismal que separava os portugueses dos povos nativos foram determinantes para que aqueles se impusessem com relativa facilidade. Tais nações de nativos exploravam os recursos naturais amplamente disponíveis de modo comunitário, coletivo. A forma de exploração aproximava-se daquilo que na história é chamado de modo de produção comunal primitivo, ou seja, a forma como o processo produtivo estava organizado.

Na medida em que os portugueses foram se instalando, principalmente para assegurar o domínio do território conquistado, as conformações fundiárias e de exploração dos recursos naturais foram tomando outros rumos. Segundo Danilo Lazzarotto:

Em 1530, Portugal decidiu ocupar o Brasil, introduzindo a produção da cana. Para isto eram necessários terras e mão de obra, tudo às custas da população indígena. A escravidão sistemática da população nativa efetivou-se com as Capitanias Hereditárias (1534), o índio começou a ser desapropriado de suas terras e escravizado para nelas trabalhar. (LAZZAROTTO: 2004. p. 78).

Este foi um passo decisivo para a colonização. Ou seja, ou os portugueses criavam raízes mais consistentes em território brasileiro ou corriam sérios riscos de perdê-lo, visto que franceses e holandeses já rondavam o litoral brasileiro e chegaram a se instalar em certos lugares por algum período até serem expulsos pelos portugueses.

Por outro lado, a própria vinda dos portugueses ao Novo Mundo fez parte da estratégia expansionista do nascente modo de produção capitalista, o qual precisava buscar riquezas e mercadorias em outras terras, pois não mais dispunha das mesmas no Velho Mundo, a Europa. Associa-se a isso toda crise de concepções de mundo e contradições que se confrontavam violentamente nos diversos campos do conhecimento medieval. Dinarte Belato expressa tais contradições quando afirma que:

Os europeus que partiram para a conquista do mundo eram movidos por intenções contraditórias e sentimentos de espanto e maravilhamento. Contraditórias eram suas intenções de, ao mesmo tempo, descobrir ouro, prata e pedras preciosas em profusão, expressão suprema da riqueza de todo período mercantilista que se estava iniciando, e cristianizar os gentios. Tinham também um imenso apreço pelas mercadorias que lhes dessem acesso aos metais e pedras preciosas: especiarias, perfumes, alfaias, porcelanas, sedas e jóias, produtos de luxo de largo consumo entre os abastados do início da Idade Moderna. (BELATO: 2004. p.44).

No entanto, com os portugueses inaugura-se uma nova perspectiva de exploração que se insere, como já foi dito acima, no modo capitalista de produção. Esta forma de exploração inicia sua expansão no Velho Mundo, desde o século XI, com a retomada do comércio. O saque, a pilhagem das riquezas aqui encontradas serviu para aquilo que no pensamento marxista é tratado de acumulação primitiva de

capital. Curiosamente, enquanto a Europa caminhava a passos largos para a efetivação do trabalho livre assalariado, o que se vê nas Américas é um brutal retorno ao trabalho escravo, ora dos povos originários que aqui habitavam, ora através do comércio de escravos do continente africano, o qual rendia exorbitantes lucros aos mercadores. Paulo Zarth reforça a dimensão brutal que alcançou a escravidão em território brasileiro. Segundo o autor:

A conquista do território brasileiro pelos europeus causou uma das maiores tragédias da humanidade. Em pleno mundo moderno, quando se falava em renascimento humanístico e alguns pensadores traçavam os esboços da democracia e da justiça social, os europeus reintroduziram, nas Américas, a mais terrível instituição que se possa imaginar: a escravidão. A escravidão é duplamente perversa. Primeiro, pela escravidão em si, que transforma uma pessoa em coisa, em mercadoria; a segunda gravidade é o deslocamento de milhões de pessoas de um continente para outro, desagregando todos os laços sociais do indivíduo com sua comunidade. (ZARTH: 2004. p.99).

Este, sem dúvida alguma, além de outras questões mal resolvidas pela sociedade brasileira, é um drama civilizatório que precisa ser superado, afinal ainda hoje, em pleno século XXI, lamentavelmente, encontram-se seres humanos em condições de trabalho escravo em território brasileiro.

No que tange ao uso e exploração das terras, uma das primeiras medidas da Coroa Portuguesa foi dividir o território brasileiro em capitânicas hereditárias, ou seja, grandes territórios sob a guarda de capitães. Estes, sob algumas condições previamente estabelecidas, tinham liberdade em explorar as terras da forma que quisessem. Os mesmos, por sua vez, dispunham de capital próprio e da Coroa para poder investir. Sob esta forma de distribuição das terras, o que se consolidou enquanto estrutura fundiária fundamentou-se nas grandes extensões de terras nas mãos de poucos. Dado as características de exploração, o que se afirmou historicamente enquanto modelo produtivo convencionou-se a ser chamado pelos historiadores como agroexportador monocultor, sob a utilização intensiva do trabalho escravo. Agroexportador porque tudo o que era produzido aqui estava voltado ao mercado europeu, com o intuito de atender a acumulação primitiva de capital. Evidentemente, havia também outras formas menos expressivas de exploração e uso da terra, sobretudo para atender a necessidades da população local.

Não encontrando, num primeiro momento, o tão cobiçado ouro, o que os portugueses levaram foi pau-brasil e açúcar, este último já produzido aqui com a

utilização intensiva do trabalho escravo. Somente em 1850, como forma inclusive de impedir o acesso dos negros a terra, visto que sua libertação sob forma legal se tornaria inevitável, instituiu-se a Lei de Terras. Esta regulamentava sua propriedade, ou seja, quem e em que condições os indivíduos poderiam ter acesso a terra. Obviamente, na forma da lei, a qual rezava que somente aqueles que tivessem recursos monetários para adquiri-la ou fossem amigos do Rei, esta beneficiou e regulamentou as propriedades de quem já dominava grandes territórios. Conforme Dinarte Belato:

A Lei 601 confirmou as práticas anteriores, dificultando, quase impossibilitando, outra estrutura agrária que não a do latifúndio, derrotando a pequena posse, origem da pequena propriedade agrícola, pela exigência de formalidades a respeito dos quais os posseiros pobres sequer ouviram falar, ou se delas soubessem, não teriam dinheiro para pagá-las. Continuaram posseiros até que um grande reclamante, munido de papéis amarelados pelos grilos, os expulsassem, pacificamente ou a tiros. É o sistema de grilagem de terra. (BELATO: 2004. p.147).

Na prática, a Lei de Terras significou a institucionalização da propriedade da terra no Brasil, pois enquadrou rigorosamente sob a forma de lei quem poderia ter acesso a ela. Como os escravos posteriormente libertos não se enquadravam em nenhum critério estabelecido pela Lei, restava-lhes, isto a partir de 1888, engrenar-se com o trabalho assalariado e seguir sua labuta como “escravos livres”.

Passados pouco mais que 500 anos após a invasão portuguesa, a estrutura fundiária sofreu poucas alterações. Aliás, o que a classe detentora do patrimônio fundiário, a terra, não permitiu ao longo da história foi alterar substancialmente a estrutura fundiária altamente concentrada. Isto porque a propriedade da terra sempre esteve associada ao poder político, econômico, social, etc. Porém, há que se destacar que a terra é um recurso natural como a água, ao qual, por esta razão não se pode atribuir valor monetário. Isto porque não é resultado do trabalho humano e existe independentemente da vontade deste. Por sua vez, tanto a propriedade enquanto categoria conceitual, quanto o valor monetário atribuído aos recursos naturais são construções históricas aplicados na prática e, se são historicamente construídos, podem ser perfeitamente desconstruídos.

Por outro lado, a classe proprietária dos meios de produção abriu mão legislativamente do trabalho escravo no campo por razões meramente conjunturais. Sofria pressões proferidas, sobretudo pelos ingleses que se encontravam no auge

da Revolução Industrial. No entanto, especialmente nas regiões de colonização recente, no Centro-Oeste e Norte do País, ainda se encontram latifúndios que, sem escrúpulo algum, mantêm ativo o trabalho escravo em pleno século XXI. Na sua essência, o latifúndio permanece intacto e se fortalece hoje, financiado com recurso público, através das chamadas propriedades empresariais de agronegócio.

No entanto, e é preciso afirmá-lo, mesmo que o poder econômico e político estejam hegemonicamente nas mãos de poucos, em momento algum isto significou que tenha havido resignação popular. Pelo contrário, e a história brasileira é viva testemunha disso, sempre houve muita luta e resistência das classes populares com o objetivo de alterar este estado de coisas. Como expressa Lazzarotto, *“em defesa de suas terras e de sua liberdade, os índios revoltaram-se em toda parte” (...)* (LAZZAROTTO: 2004. p. 78).

Porém, pelas características “sanguinárias” que podem ser atribuídas à classe latifundiária, aliando-se isso outros fatores conjunturais, sociais, culturais, políticos e econômicos, muito pouco foi alterado no que tange a estrutura do poder constituído. Isto porque, no campo político, a classe hegemônica sempre procurou solucionar os problemas “pelo alto” e nunca hesitou em apelar ao poder bélico para defender seus interesses. Quer dizer, em momento algum permitiu que houvesse uma efetiva participação popular, pois, se isso ocorresse, temiam e temem perder o poder. Por isso, a máxima “façamos a revolução antes que o povo a faça” foi rigorosamente seguida e, em última instância, antes que as coisas fugissem ao seu controle, apelavam para a força bélica com o intuito de manter seus interesses.

No campo legislativo, amparo explorado pelos movimentos que reivindicam uma melhor distribuição das terras, foi ganhando força a tese da função social da propriedade da terra. Ou seja, a lei atribuiu função social ao uso da terra. Claro, entre aquilo que a lei afirma e a sua real aplicação, sempre existe um enorme abismo, em se tratando de um meio de produção tão importante como a terra, historicamente controlado e concentrado nas mãos de poucos.

Por sua vez, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988 reforçam o caráter da função social da propriedade da terra quando estabelecem requisitos que remetem à observância das leis trabalhistas, ambientais e índices de produtividade. Não observá-las torna os latifúndios passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Porém, em termos práticos, mesmo que as estatísticas apontem uma intensificação do número de assentamentos rurais, resultado das intensas lutas

travadas nos anos recentes pelos movimentos sociais do campo, a estrutura fundiária, na sua essência, permanece intacta.

Por outro lado, alterar profundamente a lógica de dominação que se institucionalizou ao longo da história na sociedade brasileira exigirá um sacrifício que, segundo o historiador Caio Prado Júnior, pode ser comparado “a uma mulher em trabalho de parto”. “Parir” outra sociedade, uma nova nação soberana e construí-la sob novas bases, fundamentada na justiça, na igualdade social, na solidariedade e no respeito íntegro aos seres humanos e a natureza será tarefa árdua. Porém, terá que ser cumprida, se quisermos oferecer horizontes mais esperançosos às futuras gerações. Este parto passa necessariamente pela real alteração da estrutura fundiária que se mantém concentrada. Contemporaneamente acentuou-se tal concentração, inclusive, pelas características expansionistas do capital, nas mãos de empresas transnacionais que querem concentrar todos os recursos naturais.

Na contramão do processo de concentração fundiária, o qual se mascara pelo caráter mercantil do agronegócio, estão as forças populares que realizam intensas lutas no campo, particularmente a partir do final dos anos 70 do século XX. Pelo caráter e dimensão nacional que a luta pela terra e a reforma agrária adquiriram, o que as forças populares reivindicam hoje é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária popular. Ou seja, propõem uma profunda alteração da estrutura fundiária para que a sociedade brasileira possa finalmente superar suas históricas chagas escravocratas. Tais proposições estão compiladas num amplo programa de reforma agrária popular, o qual sintetiza o acúmulo de reflexões acerca do que a classe trabalhadora brasileira compreende e anseia de uma verdadeira reforma da estrutura fundiária no campo.

Sem embargo e sem dúvida alguma, os problemas cruciais historicamente vividos pela sociedade brasileira somente serão superados quando se alterar profunda e radicalmente a estrutura fundiária, hereditariamente concentrada em poucas mãos desde 1500. Sua superação passa necessariamente pela realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária, que dê acesso a terra a todos aqueles que queiram trabalhar nela e tudo o que sua realização implica. Certamente, a sua realização não beneficiará apenas o campo, mas, sobretudo as cidades.

Neste sentido, a realização da Reforma Agrária solucionará em curto espaço de tempo diversos problemas historicamente enfrentados pela sociedade brasileira, visto a abundância de recursos naturais disponíveis e, sobretudo, de seres humanos

ditos “párias”, o resto da sociedade, mas dispostos, por direito, ao humano trabalho. Em primeiro lugar, tendo terra, as famílias assentadas terão trabalho e produzirão alimentos baratos e com fartura, tanto para eles quanto para a população urbana, além de movimentar o comércio local. Já aí dois problemas se resolverão: trabalho e alimento. Será preciso reconstruir igualmente a dignidade e a auto-estima do povo brasileiro, sempre tratado como “besta de carga” pela classe proprietária dos meios de produção. É preciso reeducá-lo para a vida campesina, tecnificar e profissionalizar suas ações, porém respeitando sua realidade material e existencial, bem como do meio ambiente para dar-lhe sustentabilidade. Esta tecnificação superará igualmente a visão preconceituosa que se constituiu acerca dos camponeses, historicamente tratados como se estivessem em absoluto atraso, assim como a realização da reforma agrária.

Por isso, em segundo lugar, indiretamente, milhares de postos de trabalho serão gerados, por ser sumamente necessário e importante associar o conhecimento científico ao saber popular, além de reconstituir as supracitadas dignidade e auto-estima humanas. Portanto, o campo precisa de agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários, médicos, enfermeiros, dentistas, oftalmologistas, educadores, advogados, psicólogos, artistas plásticos, administradores, etc., mas que saibam dialogar e respeitar a vida e a dinâmica campesina.

Em terceiro lugar, pois cada assentado terá sua casa, também resolverá a enorme demanda habitacional verificável nas cidades, permitindo desinchá-las. Todo este processo dará uma nova dinâmica econômica, produtiva, social, etc., ao campo brasileiro. E, por último, será preciso enfrentar corajosamente a violência que também historicamente impera no campo. Esta última demanda talvez seja a mais difícil de ser resolvida em curto prazo, dado o perfil sanguíneo historicamente manifestado pela classe proprietária dos meios de produção. Considerando o atual contexto da luta de classes no campo, em que o capitalismo não carece da realização da Reforma Agrária no Brasil para se desenvolver, certamente exigirá um enorme esforço e sacrifício da sociedade brasileira para “parir” outra sociedade, com claro ideário socialista, partindo e respeitando as características brasileiras.

Por outro lado, associam-se à Reforma Agrária outros temas e ações como a questão ambiental. Ou seja, será preciso estabelecer relações respeitadas entre seres humanos e natureza, que reconstruam de forma integrada a totalidade dessas relações. Há um provérbio indígena que diz que “não é a terra que pertence ao

homem, mas ao contrário, é o homem que pertence a terra”. Para isso, será preciso alterar igualmente o modelo tecnológico, fundamentando-o na agroecologia. O “pacote tecnológico do capital” é extremamente destruidor da natureza e, por conseqüência, também dos seres humanos. Em contrapartida, e em radical oposição ao empresarial, o qual traz implícito o pacote acima apontado, o modelo agroecológico proporciona comprovadamente alimentos mais saudáveis. Além disso, associado à Reforma Agrária, certamente permitirá ao povo brasileiro ser soberano na produção de alimentos. A soberania alimentar é fundamental para um povo que quer ser livre. Enquanto lhe faltar o essencial para sua existência, ficará sempre vulnerável aos ditames da classe dominante.

Historicamente, coube aos camponeses a missão de produzir alimentos para o consumo da população em geral. Sua permanência ao longo da história, como sujeitos históricos, determinante inclusive, em diversos processos revolucionários, pode ser atribuída a essa função social. Marx e Engels enfatizam este aspecto na Ideologia Alemã, quando afirmam que:

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX e ENGELS: 1996: p. 39).

Portanto, produzir os próprios meios de vida consiste no primeiro ato histórico, possível somente aos seres humanos. Sem isso, a vida humana certamente pereceria. Fazem isto através do trabalho, transformando a natureza e atuando sobre ela de tal modo que, ao transformá-la, transformam simultaneamente a si mesmos.

Garantir, portanto, “o primeiro ato histórico” (MARX e ENGELS: 1996), como afirmam Marx e Engels na Ideologia Alemã, é imprescindível aos seres humanos para que estes possam ser livres e fazer história.

Porém, por não ser tratada como estratégia de desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira, a reforma agrária ou a política de assentamentos funciona muito mais como elemento de distensão dos conflitos que se estabelecem

em torno da questão agrária. Quer dizer, somente quando são gerados conflitos de consideráveis proporções, visando desapropriar latifúndios para que estes se convertam em territórios de assentamentos rurais, os órgãos responsáveis pela sua realização se manifestam de forma mais contundente. Afora isso, quando o fazem, buscam muito mais difundir através de números suas tímidas ações quanto à Reforma Agrária. A história tem nos provado que somente sob pressão social massiva as classes dominantes fazem concessões, mesmo que míseras. Por esta razão, pode-se afirmar que a luta pela terra é uma longa história que ainda não acabou, mesmo que as forças conservadoras ligadas a terra neguem a existência de uma questão agrária e sustentem que não há mais necessidade de realização de uma ampla e massiva reforma agrária.

1.2 São Gabriel: Terra dos Marechais e de sem terras

Em se tratando de compreender a constituição do Projeto de Assentamento Madre Terra e, em específico do Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra, será preciso antes de tudo analisar o contexto da luta de classes que contemporaneamente vem se desencadeando no campo brasileiro e, em particular, no Rio Grande do Sul e em São Gabriel.

Para não ser redundante sem, no entanto, deixar obscura a compreensão do leitor, é importante ressaltar ainda alguns aspectos históricos. Somente a partir dos anos 30 do século XX, os governos do Brasil tornaram prioritário o processo de industrialização, relegando a agricultura a um papel bem definido, como suporte deste processo. A burguesia agrária, em larga medida, converteu-se em burguesia industrial, mas não abriu mão do caráter especulativo da concentração de terra. Atribuiu à terra e à agricultura outro papel, após longos 400 anos de modelo agroexportador. Mesmo em tempos nos quais o projeto industrial foi hegemônico, a agricultura se inseriu no processo intitulado de Revolução Verde e tudo o que o acompanhou (agroindústrias, etc.), com maior intensidade a partir dos anos 60 em diante. Foi a forma encontrada pela burguesia industrial para extrair altos lucros da agricultura, injetando nela insumos e tecnologia produzidos pela indústria.

No entanto, como consequência da crise de oferta dos derivados do petróleo no final dos anos 70 do século XX, a qual, segundo afirmação de Belato *“não era uma crise energética como as demais; era a primeira manifestação da crise global que passou a sacudir a sociedade mundial”*. (BELATO: 2004. p. 201), o projeto de industrialização também entra em crise e, gradativamente a agricultura brasileira vai adquirindo novo papel no cenário internacional. Concomitantemente ocorre uma intensa retomada das lutas através dos movimentos populares no final dos anos 70 e dois projetos para a agricultura passam a ser disputados.

Se, por um lado, as coisas não estavam claras quanto aos rumos que a agricultura de exportação iria seguir a partir dessa crise, a luta pela democratização da terra se intensificou e adquiriu, aos poucos, âmbito nacional e status de um novo projeto para a agricultura. Uma ampla e massiva reforma agrária é proposta em meados dos anos 80, quando é elaborado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, no bojo do processo de redemocratização política que o Brasil então viveu. No entanto, conforme afirma Belato: *“O Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA -, proclamado em 1985, foi mutilado pelo governo Sarney, hostilizado pelo governo Collor, esquecido pelo governo Itamar, reaquecido no primeiro governo FHC e abandonado, logo no início de seu segundo mandato”*. (BELATO: 2004. p. 157).

Através das ocupações de terras que se espalham pelo país, a reforma agrária passa a ser pauta constantemente e os movimentos que protagonizam as lutas no campo tornam-se referência organizativa para o conjunto da sociedade. Ainda conforme Belato: *“Em 1985, com o término da ditadura, renasce a esperança da reforma agrária, não só porque o MST se tornará a força organizadora da luta pela terra, mas, também, porque parecia possível avançar nesta velha guerra”*. (BELATO: 2004. p. 157).

Porém, com a eleição de Fernando Collor para a Presidência da República em 1989, o Brasil embarca definitivamente no projeto neoliberal e se submete as regras do capital financeiro internacional, afeiçoado através do chamado “Consenso de Washington”. Conforme expressa Belato:

O arcabouço de tais reformas tomou corpo num conjunto de receitas a serem rigorosamente postas em prática pelos governos de cada país, tomando o nome de ‘Consenso de Washington’. Consenso porque o conjunto dos organismos multilaterais – FMI, Banco Mundial, GATT-OMC, mais os governos dos sete grandes, acataram coletivamente as propostas e a decisão de implementá-las. O sucesso do plano, ou do consenso, dependia, porém, de mais duas variáveis: a primeira delas, garantir sua

internalização em cada país e sua conseqüente adoção pelas elites locais, convertendo-o em políticas de governo. Era necessário, e esta é a segunda, que partidos políticos, organizações empresariais e intelectuais adotassem tais idéias e garantissem sua execução, ganhando eleições nos executivos e nos legislativos e impondo ao judiciário a obrigação de garantir juridicamente os atos de as medidas do processo. (BELATO: 2004. p. 202).

No Brasil, é exatamente isto que se desdobra, sobretudo na década de 90 do século XX. E a agricultura de exportação, dentro desse processo, recebe uma nova definição conceitual: o “agronegócio”. Em tese, o agronegócio tem alcance conceitual mais amplo, pois pode se atribuir a ele toda e qualquer operação comercial relacionada à agricultura e tudo o que se articula em torno dela, não importando suas proporções. No entanto, dado o caráter assumido pelo mesmo (o agronegócio) no que tange a conformação territorial latifundista e seu alinhamento com a agricultura de exportação, o mesmo adquire o status de um projeto em oposição à agricultura camponesa.

Com isso, a luta de classes no campo entra num novo patamar, pois, se por um lado, os movimentos do campo se articulam em torno da luta por uma ampla e massiva reforma agrária, por outro lado, as forças conservadoras se aglutinam em torno do agronegócio. A repressão aos movimentos do campo que lutam por terra e reforma agrária se intensifica e o país entra num brutal descenso de massas. Ou seja, se no período histórico anterior, particularmente com a luta pelas “diretas já”, movimento este que realizou amplas lutas pela democratização do Brasil nos anos 80, era consideravelmente fácil aglutinar as massas populares para lutar, daí em diante tornou-se mais difícil. As organizações sindicais urbanas igualmente sofrem duros golpes repressivos, perdem, de certo modo, seu caráter combativo e, em larga medida, se acomodam a institucionalidade.

No campo, por sua vez, apesar da forte repressão, a qual tem seu auge com o massacre de Eldorado dos Carajás – PA em abril de 1996, as organizações camponesas seguem fazendo lutas e simbolizam a capacidade de resistência frente à avalanche neoliberal. Isto porque pautas mais amplas surgem neste novo contexto, como a luta contra os transgênicos, a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos EUA, etc. Dado o alcance e efeito nefasto de tais políticas sobre a agricultura camponesa em escala global, as organizações de luta no campo passam também a se articular internacionalmente através da Via Campesina. Em conjunto com outras forças populares globais, sob o lema de que

“outro mundo é possível”, organizam-se igualmente na virada do século, tendo o Brasil como anfitrião, no Fórum Social Mundial, uma tentativa de constituição de forças internacionais para pensar alternativas à globalização econômica.

Particularmente no Rio Grande do Sul, o enfrentamento com o latifúndio, dado as suas características, sempre foi conflitante e violento. No entanto, mesmo com estas características, a conquista de terras para a reforma agrária não foi impedida e o que se estabeleceu, após intensas lutas, foram ações governamentais de desapropriação de latifúndios improdutivos e a promoção de políticas de assentamento. Este processo permitiu a consolidação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como movimento de luta pela terra e reforma agrária. Na medida em que as conquistas foram se acentuando, o recrudescimento do latifúndio e a luta de classes no campo foram adquirindo novo caráter e natureza. Dois movimentos simultâneos realizados pelas forças conservadoras ligadas ao latifúndio se acentuaram. Esses foram a violência contra os trabalhadores utilizando-se do aparato policial do Estado e a concentração fundiária nas mãos de grandes empresas transnacionais. Estes grandes grupos transnacionais ligados ao agronegócio, a partir da divisão internacional do trabalho e da nova configuração do capital financeiro internacional, passam a investir no plantio de grandes extensões de eucalipto para a produção de celulose. O poder judiciário, que historicamente sempre se posicionou a favor do latifúndio, ora mais explicitamente, ora nos bastidores, a partir de 2007 se declarou abertamente pela criminalização da luta pela terra ao enquadrar quadros políticos das organizações camponesas na Lei de Segurança Nacional. Setores conservadores e reacionários do Ministério Público do Rio Grande do Sul, órgão do judiciário que na sua origem tem o papel de defender as demandas populares para assegurar seus direitos, manifestaram-se abertamente em defesa do latifúndio e interferiram diretamente nas ações governamentais da política de assentamentos. Fizeram isso através do chamado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Após muitas lutas travadas em torno de áreas símbolo do latifúndio, como a Fazenda Guerra, no município de Coqueiros do Sul e a Fazenda Southal, no município de São Gabriel, algumas áreas foram desapropriadas com o intuito de assentar as famílias que se encontravam acampadas no Estado.

São Gabriel, Terra dos Marechais, é um dos maiores municípios em extensão territorial do RS e tem como característica principal a forte presença do latifúndio.

Contraditoriamente, se for considerada sua disponibilidade de terras para produção de alimentos, São Gabriel traz de outros centros produtores cerca de 90% de tudo o que sua população consome. Os serviços públicos de saúde e de ensino médio são todos centralizados na sede do município. E, no pacote de desapropriações realizadas em São Gabriel, está a Fazenda Santa Rita, hoje Projeto de Assentamento Madre Terra.

Enfim, São Gabriel, se para alguns é a “Terra dos Marechais”, com a nossa presença, em virtude das intensas lutas realizadas, tornou-se também “terra de sem terras”. Afinal, mesmo tendo conquistado a terra, por identidade política, continuamos sendo sem terras.

1.3 Caracterização do Projeto de Assentamento (PA) Madre Terra

O Projeto de Assentamento compreende uma área de 2252 hectares (mapa do PA em anexo), dos quais aproximadamente 700 hectares são de várzea, 800 hectares de coxilha e, o restante se enquadra como Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

As primeiras famílias, provenientes da região de Porto Alegre, chegaram ao PA em 06 de julho de 2009. Vieram através de edital judicial expedido, pois se encontravam acampadas em área de reserva de um assentamento em Nova Santa Rita. As demais famílias, provenientes das outras regiões do Estado, chegaram em agosto do mesmo ano. Em larga medida, as famílias que foram assentadas são mescla de camponês com certo vínculo urbano. Muitas dessas famílias lutaram vários anos enfrentando fome, frio, doenças, polícia, etc., para conquistar seu pedaço de chão.

Conforme as discussões realizadas no assentamento e, levando em consideração a espacialidade do PA, todas as famílias têm uma parte do lote na várzea e a outra parte na coxilha, numa média de 17,5 hectares para cada família. A preocupação com a formatação dos lotes nestas condições está relacionada com os dois princípios produtivos, ou seja, o autosustento e a geração de renda. Esta foi e continua sendo uma preocupação tanto do PA como da região: o tamanho dos lotes destinados às famílias. Isto porque estudos apontam que lotes com este tamanho

não viabilizam quem passa a viver neles, inclusive porque são incompatíveis com o módulo rural regional, normalmente utilizado como referência. No entanto, após muitas negociações entre o Incra e os assentados e, como forma de destravar o processo, houve consenso em que a média do tamanho dos lotes da região fosse de 15 hectares. Para isso, o Incra utiliza como critério o uso do solo e não sua aptidão agrícola.

Por sua vez, levando em consideração a divisão espacial do PA, na perspectiva de que todas as famílias possam consolidar os supracitados princípios produtivos, chegou-se ao consenso entre as mesmas de que o número total de assentados não ultrapassasse 100 famílias. Como a área produzia basicamente arroz há, inclusive em razoável estado de conservação, um silo secador com capacidade para secar 60 mil sacas de arroz e armazenar 22 mil sacas. Há igualmente duas barragens, uma de 58 hectares e outra de 21 hectares, as quais permitem a irrigação de parte da lavoura. O restante da água necessária para irrigar a lavoura é bombeado de um rio e de um canal. Além disso, há também uma área construída onde se encontra a antiga sede da fazenda (Fazenda Santa Rita).

Quanto ao Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra (o nome foi construído já no assentamento), este se organizou de 2006 em diante, durante o período de acampamento. A partir de um núcleo de militância iniciaram-se as discussões acerca do caráter do grupo. Inúmeras dúvidas e contradições surgiram ao longo do caminho, porém o projeto foi ganhando forma e foco. Tais contradições estavam ligadas ao caráter e dimensão do grupo, ou seja, qual a medida ou o grau de coletividade que seria estabelecido. Tinha-se a compreensão que qualquer coletivo é composto por indivíduos, os quais têm também suas vontades e interesses particulares, os quais também devem ser respeitados. A questão central, de pertinência filosófica inclusive, estava relacionada com o seguinte aspecto: qual é a fronteira entre o individual e o coletivo? Isto porque o objetivo era e continua sendo o de que tanto o indivíduo como o coletivo precisam realizar-se enquanto sujeitos. Algumas famílias, por razões diversas, saíram do grupo, algumas porque desistiram do assentamento e outras porque tiveram resistência às propostas que foram se consolidando.

Já no assentamento, em virtude da necessidade real de organização da produção, o grupo foi criando maior identidade quanto ao processo produtivo. Porém sua aproximação inicial deu-se como grupo de vizinhança, já com caráter de

cooperação semi-coletiva, principalmente ante as dificuldades inerentes a qualquer começo de vida em assentamento. É importante ressaltar este aspecto, pois se desenvolveu um forte sentimento de solidariedade e cumplicidade entre os membros do grupo. Mesmo sendo composto por seis (6) famílias atualmente, seu caráter é manter sua receptividade a mais famílias que queiram se agregar ao projeto.

Sob os princípios produtivos da geração de renda e autosustento, o grupo tem direcionado todo planejamento, ou seja, todas as ações quanto ao processo produtivo são planejadas e posteriormente avaliadas a partir da sua materialidade e contradições. As avaliações ocorrem conforme a organicidade e tem servido para acrescentar qualidade ao grupo.

Neste sentido, a materialidade do processo nos fez recuar, num primeiro momento, quanto ao caráter do grupo. Ou seja, pela composição do mesmo, o grupo irá cooperar num primeiro momento, apenas na produção do arroz. Isto porque alguns membros têm tarefas políticas externas ao grupo e ao assentamento, ligadas a organização da produção em nível regional. Além disso, a participação das mulheres que compõe o grupo no processo produtivo também ficou limitada porque todas estão com filhos recém nascidos. Decorrem destes aspectos a limitação e disponibilidade de força de trabalho para a realização das tarefas planejadas. Enfim, todos estes aspectos que surgiram ao longo do caminho nos ajudaram a refletir e avaliar quais os passos seguintes que poderíamos dar.

CAPÍTULO II

2.1 Por que planejar?

Fundamentalmente, planejar é imprescindível para se alcançar com satisfação qualquer objetivo. Isto não significa que o planejamento não estará sujeito às leis da dialética, pois sua aplicação a uma determinada realidade imprimirá uma dinâmica conjuntural que certamente lhe exigirá alguma flexibilidade. Como afirma Danilo Gandin no seu livro *A Prática do Planejamento Participativo*: “*Como isto pode ser feito? Através de um processo de planejamento no qual o mais importante seja a tensão, a dialética entre a realidade existente e a realidade desejada*”. (GANDIN: 2009. p. 18). Quer dizer, todo processo de planejamento sempre estará cerceado pela tensão e a dialética entre aquilo que já existe e aquilo que se quer alcançar. Ou seja, nunca se parte do nada.

Não nos interessa aqui elencar um conjunto de definições e/ou conceitos acerca da compreensão de planejamento. No entanto, concordamos com a definição dada por Holanda quando ele afirma que “*podemos definir o planejamento como a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos, com vistas à tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para ação futura*”. (HOLANDA: 1975, p. 36). Ou seja, planejar qualquer ação significa o esforço humano na busca de tomar as decisões mais corretas, saber avaliá-las, pois servirão como base para ações futuras.

Todavia, é possível e necessário, como também pedagógico, planejar-se para quaisquer ações que se queira promover, seja no trabalho, na empresa, na educação, no esporte e assim por diante. Em qualquer ambiente o planejamento, seguido de avaliação, sempre será importante instrumento para verificar se a relação teoria-prática-teoria tem veracidade e responde ao que se almeja ou que se quer concretizar. No entanto, Gandin nos alerta quanto aos cuidados que devemos ter na hora de planejar. Segundo ele:

Muitos fazem do planejamento um escrever bonitas idéias. Embora não pensem nisto, reduzem seus planos a referenciais, de modo que neles encontramos intenções, ilustrações teóricas, propostas, possibilidades, mas não vemos um plano que determine as intervenções concretas na realidade. Tal procedimento se houver sobre isto uma interpelação, será justificado com uma explicação razoável de que é preciso dar fundamentação, consistência aos nossos planos. Mas não se dão conta que, fugindo – bem – de um abismo, caíram no outro que é elaborar planos que nos deixam na mesma incerteza e na mesma ignorância sobre o que faremos, como se plano algum tivéssemos elaborado. São planos com marco referencial, as vezes, com seus três aspectos, mas sem diagnóstico e sem programação. (GANDIN: 2009. p. 175).

Neste sentido e tomando estes cuidados, o planejamento poderá ter 2 (dois) níveis de alcance, ou seja, o nível micro, quando trata de responder as demandas mais particulares, como, por exemplo, de uma família, etc., e o nível macro, quando busca inserir as ações em um ambiente mais amplo, como, por exemplo, um grupo social, um assentamento, etc., conforme os objetivos propostos em curto, médio e longo prazo.

Diversos métodos de planejamento podem ser utilizados para a organização e qualificação do processo produtivo. O planejamento contribui para superar o amadorismo do processo produtivo, pois proporciona aos produtores, no caso os camponeses, organizar a produção para o autosustento e geração de renda de forma mais autônoma. Além do mais, em se tratando de geração de renda, será preciso igualmente vislumbrar a comercialização da produção o que exige profissionalizar o processo produtivo.

Temos exercitado e optamos em aplicar junto às famílias do PA Madre Terra o MVP (Método de Validação Progressiva) como forma de qualificar o processo produtivo das mesmas, considerando os dois princípios produtivos, ou seja, o autosustento e a geração renda. Fizemos esta opção em virtude do estágio inicial de organização produtiva no qual se encontra o PA. Porém, antes de realizar qualquer avaliação dos desdobramentos práticos do mesmo, é importante caracterizá-lo.

2.2 O MVP como instrumento e método de planejamento

Enquanto método de planejamento, o MVP procura estabelecer uma relação dialógica, levando em consideração a necessária participação das famílias no

processo de construção do conjunto das relações que se constituem numa dada realidade e contexto. Esta participação se dá no nível macro (coletivo social), o que compreende, por exemplo, o assentamento como um todo, e no nível micro, pois cada família, na sua singularidade, tem seu plano. Ou seja, o MVP permite que se construa o plano para a totalidade das famílias do assentamento como também possibilita que cada família o realize.

Há que se ressaltar que o MVP, como método de planejamento, tem como uma de suas principais características iniciar a elaboração do plano nos dois níveis acima indicados considerando os interesses, desejos, aspirações e a esperança de mudança das condições de vida dos participantes. Conforme Carvalho:

Uma das características do MVP é a permanente dialogicidade a partir de campos temáticos selecionados pelos próprios participantes. Ressalta-se que todos os coletivos sociais são constituídos por sujeitos portadores de interesses, vontades, desejos e aspirações, sejam eles pessoas, famílias, grupos sociais ou povos. E que esses interesses, vontades, desejos e aspirações devem tornar-se o objeto privilegiado da construção de propostas para um futuro que seja socialmente compartilhado. (CARVALHO: 2004. p. 3).

Em virtude da variabilidade econômica, social, política e cultural dos que dele participam, o MVP tem como pressuposto básico a flexibilidade para que possa ser adaptado e aplicado às diversas situações.

Quanto a sua utilidade prática, o MVP propõe-se criar as condições necessárias e instrumentalizar cada coletivo social e cada família singular a tomar decisões no processo de construção do plano. Por conta disso, ou seja, por se propor a criar as condições para a tomada de decisões, não é excludente e tem como princípio o exercício da democracia direta. Dito de outra maneira, o MVP parte dos desejos, sonhos, aspirações e saberes dos participantes, considerando que os mesmos são e deverão ser os sujeitos do processo de construção do plano. Portanto, o MVP rompe com o tradicional procedimento de primeiro fazer o diagnóstico para em seguida alcançar a fase da tomada de decisões. Ao contrário, inicia pela tomada de decisões expressas nos interesses, vontades, aspirações e desejos dos participantes com relação ao campo temático que se deseja tratar como objeto do plano. Segundo Carvalho:

Outra característica do MVP é iniciar a elaboração do plano do coletivo social a partir dos interesses, desejos, aspirações e da esperança de mudanças nas condições de vida pessoal e familiar e de trabalho da população envolvida, rompendo com a cultura ortodoxa de se iniciar a elaboração de planos, programas e projetos pelos estudos e pesquisa sobre a realidade objetiva e a subjetiva dessa população. (CARVALHO: 2004. p.3).

Para isso, leva em conta que os saberes presentes nas pessoas, famílias, grupos sociais, etc., são os necessários, mesmo que insuficientes para tomar decisões. Parte-se daquilo que as pessoas têm, são e querem e constroem-se cenários desejados, os quais servem como horizontes a ser perseguidos.

Sinteticamente, o MVP tem como objetivos, os quais também se configuram como elementos conceituais: a) produtos e processos esperados; b) validação progressiva das decisões; c) processo dialógico de reflexão decisão – ação e; d) explicitação do plano de desenvolvimento. A esses elementos conceituais associam-se outras quatro fases: conhecer, decidir, agir e criticar. O processo de monitoramento e avaliação (M&A) permite que se estabeleça uma relação dialética entre as quatro fases.

Enquanto estrutura do plano de desenvolvimento, os resultados gerais que se espera alcançar com a implantação do MVP consistem em:

- a) plano do coletivo social elaborado, com decisões quantificadas, e com intensa participação grupal e da famílias singulares;
- b) dinamização dos processos de participação interna e valorização da organicidade do coletivo social;
- c) introdução dos processos de planejamento no cotidiano da vida das famílias do coletivo social como um todo.

2.3 Passos para implantação do MVP

Objetivamente o processo de construção e implantação do MVP obedece 8 passos lógicos, subdivididos em 3 módulos, sendo que cada módulo igualmente se subdivide em 2 fases cada um. Além disso, cada passo procura explicitar a abrangência e os propósitos implícitos no processo de construção do plano.

- 1) definição do sujeito e do objeto da ação;
- 2) elaboração do macrocenário desejado provisório;
- 3) elaboração dos microcenários desejados e dos microcenários atuais;
- 4) construção da problemática;
- 5) problematização e construção do problema;
- 6) construção da versão final dos macrocenários. Superação do problema;
- 7) definição da estrutura global do plano de desenvolvimento;
- 8) construção final do plano de desenvolvimento do coletivo social.

Pela sua própria dinâmica de construção, constituição e implementação, como igualmente pelos princípios e propósitos que incorpora e que lhe são implícitos, o MVP, para legitimar-se enquanto método, precisa necessariamente dialogar com o conhecimento popular e científico. Leva primordialmente em consideração o saber historicamente construído pelas pessoas que dele participam. Caso contrário, sem considerá-lo, estas (as pessoas que dele participam) não seriam, sob hipótese alguma, sujeitos do processo de construção do MVP e se quebraria com o princípio da democracia direta.

No entanto, ao reconhecer que o saber popular é fundamental, porém, insuficiente, atribui ao conhecimento científico o status de igual importância, mas relega-o a um segundo plano. O intercâmbio entre o saber popular e o conhecimento científico realiza-se através da problematização da realidade enfrentada pelos participantes enquanto concepção de mundo hegemônica para, a partir disso, construir cenários desejados resultantes do conhecimento de outras concepções de mundo. Caberá aos assessores problematizar a realidade a partir do conhecimento que estes também possuem, seja ele resultado da própria vivência ou que tenha fundamentação técnico-científica, confrontando-o com o saber popular dos participantes. Cabe a estes igualmente o compromisso de ajudar a refletir sem, contudo, sobrepor o conhecimento científico aos saberes das pessoas. É importante ressaltar que este é um processo, por excelência, cerceado de contradições, porém, de forma dialética, se estabelece um profundo diálogo para que os participantes construam sua criticidade acerca da realidade. Há que se ressaltar ainda uma seguinte questão: a quem compete a derradeira decisão? Aos assessores técnicos, ou às famílias? Particularmente, sou decidido adepto da posição de que cabe às famílias a decisão final, visto que são elas que habitarão e construirão o cenário e a

paisagem a partir daquilo que está sendo proposto. No entanto, concordo igualmente que cabe aos assessores técnicos o papel de fornecer um conjunto de elementos que sirvam de base reflexiva para que as famílias possam tomar as decisões mais acertadas, com o máximo de consciência.

Como se pode observar nos passos propostos pelo MVP, este ao romper com a lógica tradicional de iniciar com o diagnóstico, lógica esta que dá margem para a popular “choradeira” das pessoas, e propor que se construa a cenário desejado, inova na forma de construção do plano. Portanto, para o estudo da realidade, realização do diagnóstico e posterior planejamento daquilo que se deseja concretizar, o MVP propõe como ponto de partida a tomada de decisão dos participantes no sentido de que estes compreendam a importância do processo que está sendo proposto e tornem-no cotidiano em suas vidas. Toma como elementos centrais a vontade, os interesses, desejos e aspirações dos sujeitos do processo. O risco que se corre é que eventualmente, se não houver um equilíbrio entre o conhecimento técnico científico e o saber das pessoas, é que se atribua qualitativamente mais peso a um em detrimento de outro. E o MVP, na busca de “empoderar” quem historicamente teve pouco poder, poderá idealizar por demais a realidade através da construção dos cenários desejados.

CAPITULO III

3.1 Avaliação do planejamento como um instrumento estratégico de desenvolvimento.

A adoção do MVP como método e instrumento de planejamento, apesar de seus limites, relacionados a um possível vácuo entre a realidade existente e a desejada, adquire importância na medida em que fomenta a participação das pessoas e permite pensar e refletir a realidade na sua totalidade. Quando um assentamento é instalado, todas as famílias se deparam com um espaço que deve ser transformado. Normalmente estes espaços foram, por assim dizer, “deformados” pela ação do latifúndio, que antes ocupava o mesmo. Como afirma Marx no Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte: *“os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”*. (MARX: 1997: p. 335). Ainda citando Marx e Engels:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem de reproduzir (...). Trata-se muito mais de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto com sua produção, tanto o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS: 1996: pp. 27 – 28).

É neste processo e nessas condições que as famílias se deparam com a realidade existente e a desejada, ou seja, vislumbram uma nova realidade a partir do processo produtivo que pretendem desenvolver. E o planejamento cumpre papel central neste processo. Conforme Gandin,

Não é possível dizer que haja planejamento sem isso: ele consiste exatamente no processo de explicar a realidade desejada e de construir (transformar) a realidade existente tendo como rumo aquela realidade desejada. O planejamento é, justamente, a inteligência que dá eficácia a este processo. (GANDIN: 2009, p. 41).

No entanto, planejar por si só não basta. Todo planejamento, se não for seguido de uma consistente avaliação que ajude a identificar os eventuais erros e acertos permanece incompleto. Como enfatiza Gandin:

Avaliar é sempre julgar a realidade, para o que é imprescindível comparar alguma situação, fato ou elemento da realidade, com um padrão, prévia ou concomitantemente expresso ou subentendido. Já daqui se extrai uma conclusão importante: o processo de planejamento inclui o processo de avaliação; sem exagero pode-se afirmar que o planejamento é um processo de avaliação ao que se junta a ação para mudar o que não esteja de acordo com o ideal. (GANDIN: 2009, p.115).

O que Gandin reforça na citação acima é que há uma relação intrínseca entre planejamento e avaliação. Ou seja, o que ocorre é uma validação mútua entre ambos os processos. Quando o MVP propõe uma validação progressiva das decisões tomadas pelos sujeitos participantes do processo de planejamento das ações, traz implícita também a avaliação de tais ações, como garantia inclusive de validação de novas decisões.

Relacionando o tema proposto para esta pesquisa com as proposições práticas encontradas durante o planejamento das ações do Grupo de Cooperação e Produção Raízes da Terra e do PA Madre Terra, é possível extrair algumas conclusões importantes. Primeiro: qualquer planejamento deve estar intimamente conectado com a realidade material vivida pelos sujeitos que participam do processo de planejamento. Caso contrário será um processo que na sua origem já terá fissuras. Igualmente precisa dialogar de forma permanente entre a realidade existente e a realidade desejada para que as contradições não surpreendam e prejudiquem o processo e ameacem os objetivos propostos. Segundo: mesmo com todas as contradições vividas pelas famílias do grupo e do PA, o planejamento das atividades relacionadas ao processo produtivo permanece como instrumento estratégico e impulsionador do mesmo.

Por sua vez, cremos que é preciso que se construa o caminho do MVP “com os pés no chão”, para que não se estabeleça um abismo entre o que se deseja e as reais condições que se tem para realizar o desejado. Metodologicamente, o MVP, se aplicado com certo rigor em todos os passos, poderá contribuir significativamente para que, através da democracia direta – pudemos observar isso nas experiências já realizadas - os participantes possam tornar-se reais sujeitos da construção de uma

vida melhor, planejando suas ações. Caso contrário poderá mergulhar os sujeitos que dele participam num verdadeiro “poço de desânimo”.

Porém, é imprescindível que a consciência crítica dos participantes avance no mesmo ritmo que as conquistas reais que se obtêm neste processo. E o planejamento, ancorado na leitura permanente da realidade, seguido de avaliações periódicas que reflitam serenamente as contradições inerentes ao processo, será a garantia de que as opções realizadas possam se concretizar. Quem não sabe aonde quer chegar não chega lá nunca.

Estabelecendo ainda um diálogo entre o que o MVP propõe enquanto método e a realidade enfrentada tanto pelo grupo de produção Raízes da Terra quanto o PA Madre Terra, é possível elencar ainda algumas observações.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o permanente diálogo estabelecido entre os membros tanto do grupo quanto do PA como um todo no sentido de potencializar o saber das pessoas que participam do processo produtivo. Um exemplo disso está expresso na manifestação de um membro do grupo que sempre enfatizou que era preciso, antes de tudo, olhar para a lavoura de arroz, pois ela mostrava o que deveria ser feito. Ou seja, partir da materialidade apresentada, para em seguida, atuar sobre ela.

Em segundo lugar, quanto aos cenários construídos, houveram muitas contradições relacionadas ao processo de participação efetiva dos sujeitos na execução do planejamento. Foram organizadas equipes de trabalho conforme as demandas da lavoura de arroz e foi igualmente estabelecido um calendário semanal. No entanto, dificuldades relacionadas à construção da autonomia dos assentados no que tange a democracia direta puderam ser observadas. Ou seja, houve intensa participação das famílias no planejamento das atividades, mas talvez por sua origem ligada ao vínculo empregatício anterior ao seu assentamento, o qual se constituía de forma hierárquica, muitas atividades planejadas não eram executadas. Isto fez com que um grupo mais reduzido tivesse que assumir de forma permanente o cuidado da lavoura.

Houve igualmente muita idealização dos cenários construídos, pois o cotidiano e a materialidade do processo foram mostrando uma série de limitações, principalmente porque as famílias se movem, em larga medida, pelas necessidades estritamente imediatas, ligadas a sua sobrevivência. Ou seja, planejam o imediato em virtude de suas condições materiais limitadas. Tem dificuldade em relacionar e

planejar o processo produtivo levando em consideração os níveis micro (no plano do sustento individual da família) e macro (geração de renda), sob o aspecto econômico, mesmo almejando construir condições de vida melhor.

Por outro lado, as características climáticas e de solo encontradas na região nos impuseram um conjunto de lições, de ensinamentos que nos fizeram repensar uma série de ações. Como exemplo disso está nossa decisão, após muitos contratempos, de cooperar, em princípio, apenas na produção do arroz, isso enquanto grupo. Pelo histórico da área que, anterior ao seu decreto para assentamento foi explorada com cultivo de soja e, nos anos mais recentes para a criação de gado, tornou-se uma lavoura intensamente inçada, o que dificultou seu manejo de cultivos de verão. Planejamos e efetuamos o plantio de uma área coletiva de aipim e feijão e, em virtude das tarefas dos membros do grupo e as condições da lavoura extremamente inçada, perdemos ambas. Por isso, concluímos que, por ora, cada família se ocupasse e planejasse sua lavoura na coxilha para cada qual produzir para seu autosustento.

Por outro lado, pela opção do grupo em produzir sob a perspectiva do enfoque agroecológico, avançamos nas discussões quanto à constituição de uma Unidade de Observação (UO), em parceria com a Embrapa de Pelotas-RS. Esta unidade tem como objetivo o plantio de forrageiras de inverno (aveia preta, centeio, ervilhaca e nabo forrageiro), com o intuito de formar cobertura e viabilizar o plantio direto de culturas de verão sem utilização de insumos químicos para controle de plantas espontâneas. Esta unidade de observação também servirá de experiência para realização de dias de campo com o conjunto do assentamento. Além disso, outras experiências para o controle de pragas sem utilização de insumos químicos estão sendo testadas como, por exemplo, o consórcio de gergelim e culturas de verão (feijão, aipim, batata doce, milho, abóboras, etc.).

Com relação ao assentamento como um todo, concluímos também que o melhor caminho para a produção de arroz era a organização em grupos, tendo cada grupo sua área para ser cultivada. A organização em grupos facilita o gerenciamento do trabalho, pois cada grupo controla a atuação de seus membros.

O planejamento como instrumento impulsionador do processo produtivo encontrou seus limites, sobretudo, no fato de que as famílias, tanto do grupo como do assentamento em geral não conseguem planejar a produção muito além de suas

necessidades imediatas. As atuais circunstâncias vividas pelas famílias pressionam as mesmas e dificultam o seu planejamento em outro patamar.

No entanto, com a supressão das demandas imediatas e compreendendo o planejamento como elemento estratégico de desenvolvimento e organização do processo produtivo, será possível estabelecer prazos e metas maiores, mantendo os princípios do autosustento e da geração de renda. Isto porque, tendo uma base material mais sólida, as famílias poderão projetar e planejar novas metas e prazos com maior tranquilidade e elasticidade. E o que é mais importante: o planejamento das ações permanece como princípio, pois há a compreensão de que, sem sua realização torna-se difícil estabelecer metas e prazos sob horizontes relativamente mais claros.

O que está claro, sobretudo para o grupo de produção Raízes da Terra, objeto principal deste estudo, é que todas as atividades relacionadas à produção devem necessariamente ser planejadas, visto que o planejamento cumpre o papel de ajudar a enxergar mais longe. Por isso, apesar das dificuldades e contradições que o processo manifestou, o planejamento de todas as atividades produtivas permanece e se afirma cada vez mais como instrumento que nos ajudará a nos afirmar enquanto camponeses. As contradições têm servido para refletir e avançar, mesmo que por outros caminhos. O que também está claro é que, dado as circunstâncias históricas, o processo produtivo deve ser sempre mais profissional, e o planejamento é fundamental para isso.

E, sobretudo, será preciso planejar o desenvolvimento do assentamento levando em consideração um conjunto de dimensões e transformações que deverão ser operadas para reformatar o assentamento, deformado pela ação do latifúndio. Conforme Eric Sabourin, *“o desenvolvimento deve ser pensado de forma integral, constituindo-se como um todo, com transformações nas dimensões ecológica, cultural, social, econômica, institucional e política”*. (SABOURIN: 1999. p. 33).

Esta tem sido nossa mais importante preocupação e o será sempre como lutadores desta necessária luta pela Reforma Agrária: transformar o conjunto das relações das quais somos ativos sujeitos participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consideração final para este trabalho, cabe ressaltar que as reflexões aqui apresentadas encontram sua validade na medida em que foram confrontadas cotidianamente pelos sujeitos envolvidos. No entanto, são constatações circunstanciais correspondentes à materialidade atual e inicial de organização do processo produtivo do PA Madre Terra e do Grupo de Produção. O PA está por completar dois anos (julho de 2011), e muitas questões estruturais não foram resolvidas. Portanto, estas constatações estão circunscritas nesta temporalidade.

São constatações circunstanciais porque se estima que, a partir do momento que o processo produtivo estiver mais estruturado e consolidado, o nível de planejamento e suas contradições também se alterarão. Isto porque a realidade tem sua dinâmica e precisa ser compreendida dialeticamente para que novos saltos de qualidade do processo produtivo sejam efetivados. O planejamento, portanto, atingirá um novo patamar de reflexão e construção e novas contradições surgirão.

Sempre tenho dito que o problema não se encontra nas contradições. Elas existem independentemente da nossa vontade e são necessárias para que qualquer transformação seja possível. O problema se encontra naquilo que fazemos das mesmas, pois cumprem duplo papel: ou elas servem para alavancar saltos de qualidade e impulsionar para frente quaisquer ações, ou elas nos empurram para trás e nos enterram. Seus resultados dependem da capacidade de realização de sinceras, honestas e profundas avaliações que fazemos dos processos que construímos.

Por sua vez, é imprescindível destacar que o planejamento de todas as ações que remetem à produção do PA e do Grupo de Produção, permanece como princípio central. E as reflexões aqui realizadas foram de fundamental importância para compreender que as contradições no ato do planejamento existem, mas devem servir de alavanca para impulsionar e garantir saltos de qualidade. Como sujeito ativamente participante de todo processo que se desencadeou no PA durante o período de ações do tempo comunidade, relacionadas ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, do qual fui agraciado pela UFSM, sou grato e, por ora, dou-me por satisfeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e Projetos**. Rio de Janeiro: APEC/MEC, 1975.

SABOURIN, Eric. (org.). **Planejamento Municipal. Série Agricultura Familiar 4**. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins. **Planejamento pelo Método de Validação Progressiva (MVP)**. Versão II – Atualizada. Curitiba: 2004.

BELATO, Dinarte e BEDIN, Gilmar Antônio. (orgs.). **Brasil 500 Anos: a construção de uma nova nação**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

ANEXO A – Mapa do PA Madre Terra

